

# Direita religiosa e partidos políticos no Brasil: os casos do PRB e do PSC

Vinicius Saragiotto Magalhães Valle

## Resumo

Este artigo pretende analisar dois dos principais partidos políticos brasileiros associados as denominações evangélicas: o Partido Republicano Brasileiro (PRB) e o Partido Social Cristão (PSC). Procura-se identificar a composição religiosa de seus respectivos comandos partidários e de seus principais líderes políticos, além de interpretar o uso que fazem do discurso religioso e de símbolos religiosos. Por fim, também busca-se analisar as estratégias políticas adotadas frente aos governos e os blocos políticos nacionais, relacionando-as com as diferentes formas de apropriação de aspectos religiosos. A análise identificou o PSC como um partido com políticos de várias denominações religiosas, e que busca se afirmar publicamente como religioso. Em termos de programa e imagem políticas, o PSC mescla a defesa de pautas morais com a defesa do liberalismo econômico. Já o PRB se mostrou ligado a uma única denominação - A Igreja Universal do Reino de Deus -, no entanto, sua imagem e programa políticos procuram ignorar o seu caráter religioso. Seu caráter ideológico não é delimitado, o que facilita fazer alianças em torno de todo o espectro político.

Palavras chave: pentecostalismo; partidos políticos; voto religioso; partidos cristãos

## Religious right and political parties in Brazil: The case of PRB and PSC

## Abstract

This paper analyzes two of the main Brazilian Christian political parties: the Brazilian Republican Party (PRB) and the Social Cristian Party (PSC). In order to understand each one, we identify their religious composition and their main political leaders. Moreover, we examine how these parties make use of their religious discourses. Finally, we also analyze their political strategies towards the federal government and the national political blocks in Brazil. We claim that the PSC - on the one hand - is a party with politicians of different religious denominations. In terms of political agendas, the PSC mixes the defense of moral guidelines and the defense of economic liberalism. On the other hand, the PRB is linked with a single denomination – the Universal Church of the Kingdom of God. Nevertheless, its political image and agenda ignores its religious background. Furthermore, its ideological character is not well-marked, which allows it to accept alliances around the whole political spectrum.

Keywords: Pentecostalism; political parties; Christian parties; religious vote

---

1 Professor celetista da Faculdade Santa Marcelina. Doutor e Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (DCP FFLCH-USP).

## Introdução

Este artigo busca interpretar os dois principais partidos políticos associados às denominações evangélicas no Brasil recente: o Partido Republicano Brasileiro (PRB) e o Partido Social Cristão (PSC). Esses partidos, conforme será visto, apesar de serem religiosos, exercem discursos e atuações distintas, representando tipos diferentes de atuação da direita religiosa brasileira. Procuraremos aqui caracterizá-los e interpretar as suas estratégias no cenário político, tanto no que se refere às opções das alianças frente aos blocos políticos nacionais, quanto em relação aos discursos emitidos às suas bases e a sociedade em geral. Para tal, utilizaremos a análise da composição interna desses partidos, bem como documentos – tais como os estatutos e outros documentos oficiais -, além de entrevistas com líderes de tais partidos à imprensa e das posições tomadas por esses com relação a grandes questões nacionais. É importante constar que este trabalho se focará nesses partidos em âmbito federal, não se centrando nas particularidades estaduais e municipais dos mesmos. Também é importante constar que não é um trabalho de explicação das trajetórias históricas de cada uma dessas agremiações, mas sim um retrato do quadro atual das mesmas.

O Partido Social Cristão (PSC) foi fundado em 15 de maio de 1985, e teve seu registro definitivo em 29 de março de 1990. Trazendo a posição religiosa de forma explícita em seu próprio nome, em seu estatuto encontramos mais referências e definições religiosas: nele o partido defende a “Doutrina Social Cristã”, em que o cristianismo representaria “um estado de espírito que não segrega, não exclui, nem discrimina” e que “aceita a todos independentemente de credo cor, raça, ideologia, sexo, condição social, política, econômica e financeira” (PSC. Estatuto. Art. 2, §1). No decorrer do trabalho pretende-se aprofundar a análise das concepções religiosas do partido e de como essas se ligam e são utilizadas para justificar suas ações no plano político.

Já o Partido Republicano Brasileiro (PRB) começa a ser organizado em 2003, tendo seu registro definitivo em 25 de agosto de 2005, com o nome de Partido Municipalista Renovador (PMR). Muda de sigla e de nome oficialmente em março de 2006, passando a ter o nome atual. É interessante notar que, diferentemente do PSC, o PRB não carrega nenhuma menção religiosa, seja em seu nome, seja em seu Estatuto – mesmo quando ainda era o PMR. Não podemos, no entanto, deduzir que, por tal motivo, esse partido não tenha caráter religioso. No decorrer desse trabalho procurarei demonstrar a face religiosa do PRB e argumentar que a aparente ocultação de suas ligações religiosas é parte de sua estratégia eleitoral.

## Contexto da ação e do surgimento dos partidos evangélicos

Antes de nos aprofundarmos na análise dos partidos mencionados, é necessário observarmos o contexto social em que aparecem e as bases sociais que os mesmos disputam. Nesse sentido, é fundamental destacar que a importância de tais partidos se dá na medida em que existem reunidas duas condições: (i) um número relevante e crescente de evangélicos e (ii) uma mobilização desses setores na política eleitoral.

No que toca o número de evangélicos no país, os dados apresentam um crescimento progressivo ao longo do tempo evidenciando uma mudança significativa na configuração religiosa nacional. Se em 1980 o Brasil era um país basicamente católico (88,9%), em 2010, ainda que a população que se autodeclara católica continue preponderante sobre as demais, essa decaiu de forma considerável, indo de 88,9% para 64,6%, ou seja, atingindo pouco menos de dois terços da população. Em contrapartida, há um aumento significativo de evangélicos, que alcançam 23% da população, segundo o censo de 2010. Dentre os evangélicos o crescimento se dá principalmente nos segmentos pentecostais<sup>2</sup>. Esses dados podem ser conferidos na Tabela 1.

Religião	1980 (%)	2010 (%)
Católica	88.9	64.6
Evangélica (total)	6.6	23.0
Evangélica histórica	3.4	4.9
Evangélica pentecostal	3.2	13.3
Evangélica não determinada	-	4.8
Espírita	0.7	2.0
Afro-brasileiras	0.6	0.3
Outras	1.2	2.7
Sem religião	1.6	8.0
Total	100	100
Pop. Total do Brasil	119.011.052	190.755.799

Apesar do segmento evangélico ter crescido e alcançado índices consideráveis de adesão dentro da população brasileira – e principalmente entre os segmentos mais pobres –, é fundamental observar que tal setor é marcado também pela sua pluralidade e fragmentação. Segundo Mariano (1999, p. 10), na América Latina o termo “evangélico” encobre um campo religioso extenso, que vai desde as Igrejas do chamado “protestantismo histórico”, até as diferentes modalidades de Igrejas pentecostais<sup>3</sup>.

Cabe constar que, além das diferentes denominações, é possível encontrar diferenças e cismas dentro de uma mesma denominação. É o caso, por exemplo, da Assembleia de Deus, que é a maior Igreja evangélica do país<sup>4</sup>: a Assembleia de Deus não possui uma organização centralizada – chamada de episcopal. Ao contrário, cada templo possui relativa autonomia, e os mecanismos de centralização são os chamados “ministérios”, que compreendem uma rede de Igrejas que funcionam sob o mesmo estatuto e seguem os mesmos princípios teológicos e práticas de pregação. Além dos ministérios – que são vários

– há diferentes convenções, que funcionam como reuniões dos ministérios e dos pastores organizados autonomamente. Por esse motivo, pesquisadores como Alencar (2010) falam em *Assembleias de Deus*, no plural (ALENCAR, 2010, p. 135).

Todo esse crescimento e também a fragmentação dos setores evangélicos refletiram na arena política nas últimas décadas. Isso significa que cada vez mais evangélicos passam a ser eleitos e cada vez mais o discurso religioso ganha volume na política nacional. Ao mesmo tempo, porém, vemos que esse crescimento não se dá capitaneado por um só partido. Ao contrário, a frente parlamentar evangélica possui políticos de diversas agremiações.

Em termos de crescimento, temos que o número de representantes evangélicos no Congresso segue um histórico de expansão: em 1986, foram 32 parlamentares; em 1990, 23; em 1994, foram 30; em 1998, 49. Em 2002, 63. Em 2006, após escândalos de corrupção envolvendo lideranças evangélicas, o número caiu para 40 deputados (MARIANO; DANTAS; HOFFE, 2006,

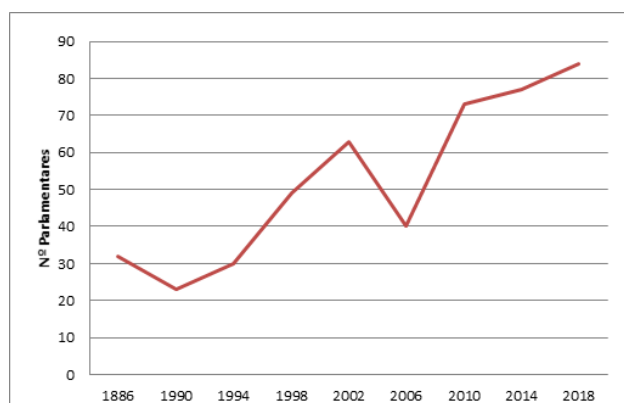
2 A caracterização religiosa dos evangélicos e dos variados segmentos que os compõe – como os históricos, pentecostais, deuteropentecostais e neopentecostais – foge do escopo desse trabalho. Uma boa discussão e análise a respeito do tema pode ser conferida em Mariano, 1999.

3 Como protestantismo histórico se entende Igrejas como a Luterana, Presbiteriana, Anglicana, Metodista e Batista, nascidas e descendentes da reforma protestante europeia do século XVI, trazidas ao Brasil pela imigração, caracterizadas por um baixo grau de proselitismo, com um comportamento mais “fechado”, ou seja, uma sociabilidade em que predominam as pessoas da própria religião. Já as Igrejas Pentecostais abarcam um conjunto extenso e heterogêneo, compreendido por Igrejas como a Assembleia de Deus, Congregação Cristã do Brasil, Evangelho Quadrangular, Deus é Amor, Internacional da Graça, Universal do Reino de Deus, Mundial do Reino de Deus, entre muitas outras.

4 Hoje a Assembleia de Deus é a segunda maior denominação religiosa do país, ficando atrás somente da Igreja Católica. Segundo o Censo de 2010 (IBGE), são mais de 12 milhões de fiéis no Brasil, separados entre os diversos segmentos e ministérios.

p.70), para depois subir novamente, em 2010, para setenta e três parlamentares, sendo setenta deputados e três senadores, e em 2014, passando a contar com 77 parlamentares, sendo 74 deputados e 3 senadores, segundo dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)<sup>5</sup>. Segundo levantamento do DIAP sobre as eleições de 2018, a bancada evangélica contará, a partir de 2019, com 84 deputados e 7 senadores<sup>6</sup>. Em termos de comparação, isso significa que caso pertencessem a um único partido político, este teria a maior bancada da Câmara dos Deputados. Tais dados podem ser conferidos no gráfico a seguir:

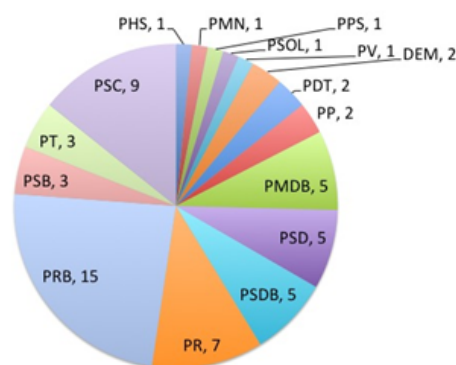
Gráfico 1: Evolução da Bancada Evangélica na Câmara dos Deputados



Em termos de fragmentação, temos que, na legislatura entre 2011-2014, a bancada evangélica ficou espalhada em 14 partidos, sendo esses: PMN e PTC, com 1 deputado cada; PSB e PP, com 2 deputados cada; PT com 2 deputados e 1 senador; DEM, PTB e PV, com três deputados cada; PDT, com 4 deputados; PSDB e PMDB com 7 deputados cada; PR, com 9 deputados e 1 senador; PRB com 8 deputados e 1 senador; e PSC com 11 deputados.

Já na legislatura 2015-2018, tal bancada se espalha por 15 partidos: PHS, PMN, PPS, PSOL, PV e Pros com 1 deputado cada; DEM, PDT e PP, com 2 deputados cada; SD com 4 deputados PMDB, PSDB e PSD, com 5 deputados cada; PR, com 7 deputados; PRB, com 15 deputados; PSB e PT, com 3 deputados; PSC, com 9 deputados; além de 4 deputados sem denominação. Esses dados podem ser conferidos no gráfico a seguir:

Gráfico 2: Evangélicos por partido (2015)

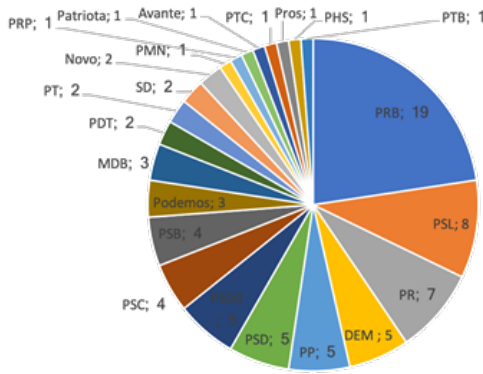


Considerando os deputados federais eleitos em 2018, temos que a bancada evangélica continuou se fragmentando, tendo representantes em 23 partidos: PRB, com 19 deputados, PSL, com 8; PR com 7; DEM, PP, PSDB e PSD, com 5 nomes cada um; PSC e PSB, com 4 cada um; PODE e MDB, com 3 representantes; PDT, PT, SD e Novo, com 2 deputados cada, e os partidos PMN, PRP, PATRI, Avante, PTC, Pros, PHS e PTB, com 1 representante cada. Tais dados podem ser conferidos no gráfico a seguir:

5 DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. Atualização da bancada evangélica: DIAP identificou 74 deputados. 6 de outubro de 2014. Disponível em: [http://www.diap.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=24534:bancada-evangelica-levantamento-preliminar-do-diap-identifica-43-deputados&catid=59:noticias&Itemid=392](http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=24534:bancada-evangelica-levantamento-preliminar-do-diap-identifica-43-deputados&catid=59:noticias&Itemid=392) acessado em 24/11/2018.

6 DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. Eleições 2018: bancada evangélica cresce na Câmara e no Senado. 17 de outubro de 2018. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/28532-eleicoes-2018-bancada-evangelica-cresce-na-camara-e-no-senado> acessado em 24/11/2018.

Gráfico 3: Evangélicos por partido ( eleitos 2018)



Para entendermos as características e mudanças da bancada evangélica, bem como sua relação com os partidos políticos, um dado importante é o da proporção de parlamentares evangélicos dentre os parlamentares totais de cada partido. Essa relação pode ser vista nas tabelas a seguir, sobre as legislações 2015-2018 e 2019-2022.

Tabela 2: Evangélicos sobre total de parlamentares por partido (2015)<sup>7</sup>

Partido	Parlamentares Evangélicos (2015)	Total de Parlamentares (eleitos em 2014)	% de Evangélicos no Partido (2015)
PMN	1	3	33,3%
PHS	1	5	20,0%
PPS	1	10	10,0%
PSOL	1	5	20,0%
PV	1	8	12,5%
PROS	1	11	9,0%
PDT	2	19	10,5%
PP	2	36	5,5%
DEM	2	22	9,0%
PSB	3	34	8,8%
PT	3	70	4,2%
SD	4	15	26,6%
PSD	5	37	13,5%
PSDB	5	54	9,2%
PMDB/MDB	5	66	7,5%
PR	7	34	20,5%
PSC	9	12	75,0%
PRB	15	21	71,4%

Tabela 3: Evangélicos sobre total de parlamentares por partido (eleitos em 2018)

Partido	Parlamentares Evangélicos (2018)	Total de Parlamentares (eleitos em 2018)	% de Evangélicos no Partido (2015)
PRB	19	30	63,3%
PSL	8	52	15,4%
PR	7	33	21,2%
DEM	5	29	17,2%
PP	5	37	13,5%
PSD	5	34	14,7%
PSDB	5	29	17,2%
PSB	4	32	12,5%
PSC	4	8	50,0%
MDB	3	34	8,8%
PODE	3	11	27,3%
PDT	2	28	7,1%
PT	2	56	3,6%
SD	2	13	15,4%
Novo	2	8	25,0%
PMN	1	3	33,3%
PRP	1	4	25,0%
PATRI	1	5	20,0%
Avante	1	7	14,3%
PTC	1	2	50,0%
Pros	1	8	12,5%
PHS	1	6	16,7%
PTB	1	10	10,0%

Os dados da tabela 2 e 3 mostram a crescente fragmentação da bancada evangélica em diferentes partidos, o que condiz com o quadro de fragmentação das próprias denominações evangélicas, que competem entre si no mercado religioso. Apesar da fragmentação, vemos também que há certa estabilidade entre os partidos que agregam a maior parte dos políticos evangélicos. A exceção é o PSL, partido que saltou de 1 para 52 deputados federais entre as legislações de 2015-2018 e 2019-2022, ganhando 8 deputados evangélicos nas eleições de 2018. Dentre os partidos que congregam a bancada evangélica, chama a atenção os dois a serem discutidos neste trabalho: o PSC e o PRB. Tal destaque não se dá só pelo número absoluto de parlamentares desses partidos dentro da bancada religiosa, mas também pelo número relativo de

<sup>7</sup> Os dados trazidos são referentes às bancadas partidárias em 2015. Entre 2015 e 2018, ocorreram migrações e expulsões de deputados dentro dos partidos, o que trouxe pequenas alterações nesse quadro no decorrer da legislação.

parlamentares religiosos desses em relação as suas bancadas absolutas. Nos próximos tópicos iremos tratar das particularidades de cada um desses partidos.

### O PSC: Imagem Religiosa e Estratégia Conservadora

Como informado anteriormente, o Partido Social Cristão (PSC) foi fundado em 15 de maio de 1985, e teve seu registro definitivo em 29 de março de 1990. No seu sítio na internet<sup>8</sup>, bem como no seu estatuto, o partido destaca como patrono e figura de inspiração para sua criação o político mineiro Pedro Aleixo – político da UDN e, posteriormente, da ARENA, apoiador do golpe militar de 1964 e vice-presidente do general Costa e Silva entre os anos de 1966 e 1969. Pedro Aleixo também dá nome ao Instituto do Partido – a Fundação Instituto Pedro Aleixo. O destaque à tal personagem diz muito sobre a posição ideológica do partido: conforme pretende-se argumentar, o PSC, além do caráter religioso fortemente marcado, vem se destacando na política brasileira por seu discurso conservador no plano moral, político e econômico.

No plano religioso, é notável que o partido se mostra a público como um “partido cristão”. Além do nome, o símbolo partidário do PSC é um peixe – símbolo tradicionalmente vinculado ao cristianismo. É preciso, no entanto, indagar qual cristianismo e quais valores a ele relacionados o PSC se associa e defende. Em um país em que o cristianismo, em suas mais diversas vertentes e denominações, atinge quase 90% da população e que cada vez mais se diversifica e se pluraliza – com a queda da igreja Católica e o crescimento das diversas denominações evangélicas, como tratado anteriormente – o uso do termo e de símbolos cristãos são insuficientes para evidenciar o posicionamento religioso-político do partido. Ao se ler seu estatuto, esse caráter religioso vago fica ainda mais reforçado: nele

o partido defende a “doutrina social cristã”, em que o cristianismo seria “mais que uma religião” mas sim “um estado de espírito que não segrega, não exclui, nem discrimina” e que “aceita a todos independentemente de credo cor, raça, ideologia, sexo, condição social, política, econômica e financeira” (PSC. Estatuto. Art. 2, §1). Em outras palavras, seu estatuto também pouco diz sobre os valores políticos religiosos do partido.

Para avançar na caracterização religiosa do PSC é indispensável, portanto, observar os membros da direção do partido, bem como seus parlamentares, e suas ações na arena política. Nesse sentido, com relação à caracterização da direção partidária, os dados da Tabela 3 mostram, na comissão executiva nacional do partido, a presença quadros religiosos da Assembleia de Deus, da Igreja Quadrangular e um membro judaico<sup>9</sup>.

Tabela 4 – Composição Religiosa da Executiva Nacional do PSC

Presidente	Everaldo Dias Pereira	Igreja Assembleia de Deus
1º Vice-Presidente	Marcondes Iran Benevides Gadelha	-
2º Vice-Presidente	Gustavo Carvalho dos Santos	Judeu
3º Vice-Presidente	Sergio Bueno	-
Secretário Geral	Alessandro Martello Panno	-
1º Secretário	Gilberto Nascimento Silva	Igreja Assembleia de Deus
2º Secretário	Filipe De Almeida Pereira	Igreja Assembleia de Deus
Tesoureiro Geral	Luiz Rogério Ogniben Vargas	-
1º Tesoureiro	Ronald Abrahão Ázaro	-
1º Vogal – Câmara dos Deputados	André Luis Dantas Ferreira	-
2º Vogal – Senado Federal		-
3º Vogal	Eliel Lima Santana	Igreja Assembleia de Deus
4º Vogal	Victorio Galli Filho	Igreja Assembleia de Deus
5º Vogal	Julia Maria Godinho da Cruz Marinho	Igreja Assembleia de Deus
6º Vogal	Denise Assumpção Fernandes	-
1º Suplente	Mário De Oliveira	Igreja Quadrangular do Reino de Deus
2º Suplente	Marco Antonio Feliciano	Igreja Assembleia de Deus
3º Suplente	Mauricio Brandi Aleixo	-
4º Suplente	José Carlos Brandi Aleixo	-
5º Suplente	José Da Cruz Marinho	Igreja Assembleia de Deus

Dessa forma, temos que dos 20 integrantes da executiva nacional desse partido, 10 deles possuem ligações relatadas com setores religiosos. A Igreja que aparece com destaque

8 [www.psc.org.br](http://www.psc.org.br) acessado em 29/08 de 2018

9 Para detalhes da direção nacional do PSC e sua executiva, ver <http://psc.org.br/diretorios/diretorio-nacional>

é a Assembleia de Deus – apesar dos dirigentes virem de distintos segmentos dessa. O que todas essas denominações possuem em comum é a posição conservadora em relação aos costumes e à conduta moral: A Assembleia de Deus e a Igreja Quadrangular integram respectivamente o que Mariano (1999) denomina de pentecostalismo clássico e deuteropentecostalismo – dois tipos de pentecostalismo mais tradicionais e caracterizados por sua rigidez em relação aos costumes e valores cristãos. Ambas Igrejas condenam, por exemplo, o aborto e a união homoafetiva.

No que diz respeito aos parlamentares eleitos pelo PSC, como visto anteriormente, 9 dos 12 eleitos em 2014 pertenciam à bancada evangélica<sup>10</sup>. Desses 9 religiosos, também a denominação predominante é a Assembleia de Deus, com 6 deputados. Há também, 1 membro da Igreja Presbiteriana Independente e outros 2 membros da Igreja Batista. Essa configuração é coerente com a composição religiosa do comando executivo do partido, e reitera as posições religiosas conservadoras no plano da moral e dos costumes.

É importante constar, a esse ponto, que apesar do predomínio da Assembleia de Deus entre os parlamentares e dirigentes do PSC não significa que todos os parlamentares dessa denominação estejam no partido. Ao contrário, podemos encontrar parlamentares da Assembleia de Deus também no PSDB, PSD, Pros, PPS, PT, PTB, PHS, PSB e PR e PRB. Isso significa que, apesar do predomínio de tal denominação no PSC, tal partido não pode, a rigor, ser visto como “o partido da Assembleia de Deus”. Os dados parlamentares do PSC podem ser conferidos na Tabela 5, enquanto os da Assembleia de Deus podem ser conferidos na Tabela 6.

Tabela 5: Filiação Religiosa dos parlamentares do PSC que integram a Frente Parlamentar Evangélica na legislação 2011-2014

Erivelton Santana	PSC	BA	Assembleia de Deus
Irmão Lazaro	PSC	BA	Batista
Professor Victório Galli	PSC	MT	Assembleia de Deus
Julia Marinho	PSC	PA	Assembleia de Deus
Edmar Arruda	PSC	PR	Presbiteriana Independente
Takayama	PSC	PR	Assembleia de Deus
Eduardo Bolsonaro	PSC	SP	Batista
Pastor Gilberto Nascimento	PSC	SP	Assembleia de Deus
Pastor Marco Feliciano	PSC	SP	Assembleia de Deus

Tabela 6: Filiações partidárias dos parlamentares da Assembleia de Deus (2011-2014)<sup>11</sup>

Parlamentar	Partido	UF	Denominação
Alan Rick	PRB	AC	Assembleia de Deus
Silas Câmara	PSD	AM	Assembleia de Deus
André Abdon	PRB	AP	Assembleia de Deus
Erivelton Santana	PSC	BA	Assembleia de Deus
Ronaldo Fonseca	Pros	DF	Assembleia de Deus
João Campos	PSDB	GO	Assembleia de Deus
Eliziane Gama	PPS	MA	Assembleia de Deus
Professor Victório Galli	PSC	MT	Assembleia de Deus
Julia Marinho	PSC	PA	Assembleia de Deus
Anderson Ferreira	PR	PE	Assembleia de Deus
Pastor Eurico*	PSB	PE	Assembleia de Deus
Delegado Francischini	SD	PR	Assembleia de Deus
Takayama	PSC	PR	Assembleia de Deus
Toninho Wandscheer	PT	PR	Assembleia de Deus
Altineu Cortes	PR	RJ	Assembleia de Deus
Benedita da Silva	PT	RJ	Assembleia de Deus
Sóstenes Cavalcante	PSD	RJ	Assembleia de Deus
Antônio Jácome	PMN	RN	Assembleia de Deus
Lindomar Barbosa Alves	PMDB	RO	Assembleia de Deus
Marcos Rogério	PDT	RO	Assembleia de Deus
Nilton Capixaba	PTB	RO	Assembleia de Deus
Carlos Andrade	PHS	RR	Assembleia de Deus
Ronaldo Nogueira	PTB	RS	Assembleia de Deus
Geovania de Sá	PSDB	SC	Assembleia de Deus
Pastor Gilberto Nascimento	PSC	SP	Assembleia de Deus
Pastor Marco Feliciano*	PSC	SP	Assembleia de Deus
Paulo Freire	PR	SP	Assembleia de Deus

10 Utilizamos aqui somente os dados sobre os parlamentares eleitos em 2014, pois as informações por denominação religiosa dos eleitos em 2018, até o momento de redação desse artigo, pouco depois de um mês das eleições, não estão disponíveis. A única informação que conferimos é que o único reeleito que continuou no PSC foi o Pastor Gilberto Nascimento.

11 As informações sobre a religião dos parlamentares foi tirada do DIAP ([http://www.diap.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14637&Itemid=296](http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14637&Itemid=296)). Tais dados se encontram incompletos, e foram completados pela pesquisa própria do autor deste trabalho. Alguns deputados evangélicos, no entanto, não tiveram sua denominação encontrada. Portanto, é possível que mais parlamentares – talvez em mais partidos – sejam filiados a Assembleia de Deus.

## A presença e discurso do PSC no Congresso e nas eleições presidenciais

O PSC possui uma trajetória ascendente na eleição de parlamentares no plano federal. Com a eleição de 1998, ocupa os assentos da câmara pela primeira vez, elegendo 2 deputados. Em 2002, esse número recua para apenas 1 deputado. A partir de 2006, no entanto, os resultados são melhores: o partido consegue 9 deputados nesse ano, passando para 16 em 2010, ano que também elege seu primeiro senador. Em 2014, sua bancada cai para 12 deputados. O PSC também conta, atualmente, com 26 prefeitos e 739 vereadores.

Em 1989 o PSC compôs, junto com o PRN, PTR e PST, a aliança que elege Collor à presidência da república. Há em 1994, o PSC lança como candidato próprio à presidência o militar Hernani Goulart Fortuna, ficando com 0,38% dos votos. Em 1998, foi a vez do partido lançar o candidato Sergio Bueno como presidenciável, atingindo apenas 0,18% dos votos. Nos pleitos de 2002 e 2006 o partido não apoiou nenhum candidato à presidência. Em 2010, no entanto, o PSC apoia a candidatura de Dilma Rousseff.

Na legislatura de 2011-2014, o PSC passa a ganhar uma maior atenção da cobertura política nacional. Tal fato se deu por ações de seus representantes perante questões envolvendo a população LGBTT, principalmente através da figura do Pastor Marco Feliciano. Feliciano, que é pastor de um segmento da Igreja Assembleia de Deus, se tornou presidente da Comissão

de Direitos Humanos e Minorias da Câmara de Deputados, e se tornou um dos principais opositores às políticas ligadas ao segmento LGBTT. Com o suporte de seu partido e da bancada evangélica, Marco Feliciano ganhou destaque na imprensa como porta voz dos setores conservadores religiosos: se opôs e se opõe a homossexualidade<sup>12</sup> e ao casamento civil igualitário, buscando a realização de um plebiscito para proibi-lo<sup>13</sup>; combateu também à criminalização da homofobia<sup>14</sup>, e à adoção de crianças por casais do mesmo sexo<sup>15</sup>; foi também um dos principais opositores ao material elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) que visava combater a homofobia nas escolas, denominado “kit escola contra a homofobia”, rapidamente apelidado de “Kit Gay” pelos setores evangélicos<sup>16</sup>. Sob sua direção e com seu apoio, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias aprovou um projeto que permitia o tratamento psicológico com o objetivo de reverter a homossexualidade. Além disso, ganhou destaque também por declarar que africanos seriam “amaldiçoados” pelo personagem bíblico Noé, e que tal maldição seria a causa de “fome, pestes e guerras étnicas” naquele continente.

Em meio à legislatura 2011-2014 o PSC também rompeu com o governo Dilma Rousseff (PT)<sup>17</sup>, e passou a criticá-lo em diversos pontos, indo além do conservadorismo em questões morais e englobando também o conservadorismo político e econômico. Como exemplos, podemos citar a mobilização contra a lei da palmada<sup>18</sup>; a

12 DEPUTADO FEDERAL MARCO FELICIANO FAZ CORO ÀS DECLARAÇÕES DE BOLSONARO E ATACA NEGROS E HOMOSSEXUAIS. O Globo, Rio de Janeiro, 31 mar. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/politica/deputado-federal-marco-feliciano-faz-coro-as-declaracoes-de-bolsonaro-ataca-negros-homossexuais-2802944> acessado em 29/08/2018

13 COMISSÃO DE FELICIANO APROVA PROJETO DE PLEBISCITO SOBRE UNIÃO CIVIL GAY. O Globo, Rio de Janeiro, 20 nov. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/comissao-de-feliciano-aprova-projeto-de-plebiscito-sobre-uniao-civil-gay-10831404> acessado em 29/08/2018.

14 MARCO FELICIANO PEDE SEPULTAMENTO DE PL 122. Mídia Gospel. Disponível em: <http://www.midiagospel.com.br/brasil/marco-feliciano-pede-sepultamento-pl122> acessado em 29/08/2018.

15 Ver vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CILr5iqXZGQ> acessado em 29/08/2018.

16 Fala feita em vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jJoyFbo3KCg>

17 APÓS PMDB, PSC TAMBÉM SE DECLARA INDEPENDENTE DO GOVERNO NA CÂMARA. Uol, São Paulo, 12 mar, 2014. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/03/12/apos-pmdb-psc-tambem-se-declara-independente-do-governo-na-camara.htm> acessado em: 29/08/2018

18 A lei da palmada pune castigos que resultem em sofrimento físico a crianças. Para visualizar posição contrária do PSC, ver: <http://www.psc.org.br/comunicacao-psc/todas-as-noticias/3154-mesmo-com-forte-movimento-contrario-a-lei-da-palmada-materia-e-aprovada-pelo-congresso-nacional>



mobilização contra o decreto 8243, que cria a “Política Nacional de Participação Social” e o “Sistema Nacional de Participação Social”<sup>19</sup>; a articulação para barrar a Portaria 415, que incluía procedimentos para casos de aborto, previstos em lei, na tabela do Sistema Único de Saúde (SUS)<sup>20</sup>; as críticas à política econômica do governo de incentivo ao consumo e expansão do crédito<sup>21</sup>.

Esse rompimento com o PT pode ser interpretado como consequência da impossibilidade de aliança junto ao lulismo a partir do momento em que o PSC passa a ter um comportamento que é marcado pelo conservadorismo militante, tanto religioso quanto político e econômico. Junto ao o rompimento com o governo, o PSC lança sua candidatura à presidência com o Pastor Everaldo, reafirmando o tom de crítica ao governo Dilma (PT) e a postura conservadora.

Avançando cronologicamente, em 2018 o PSC compôs a chapa de Álvaro Dias (PODE) a presidência da república, tendo Paulo Rabello como candidato a vice presidente representando o partido. No segundo turno, o PSC apoiou a candidatura de Jair Bolsonaro (PSL), que venceu o pleito. No plano das eleições legislativas federais, elegeu 8 deputados. Em 2018, o PSC teve também um bom resultado nos estados, elegendando o governador do Amazonas, Wilson Lima (PSC), e do Rio de Janeiro, Wilson Witzel.

### **Candidatura pastor Everaldo nas eleições nacionais de 2014**

No dia 14 de junho de 2014, durante a convenção nacional do partido, o PSC lançou oficialmente a candidatura do Pastor Everaldo à presidência da república. Na ocasião, o lançamento foi feito em meio a grandes críticas ao governo atual, segundo o candidato “um governo ausente, omissos e incompetente”<sup>22</sup>. Na sua campanha, além dos temas morais, Pastor Everaldo tem articulado um discurso econômico liberal, que afasta o Estado da economia.

Em várias das entrevistas concedidas, o candidato defendeu um ajuste fiscal e uma política de privatizações: “Enquanto esse governo é estatizante, eu sou privatizante. Tudo que for possível passar para iniciativa privada e para o empreendedor brasileiro, nós vamos passar”, dizia ao jornalista Leandro Mazzini, do portal UOL (MAZZINI, 2014). Na mesma entrevista o candidato criticou também a política atual de segurança pública, propondo a redução da maioria penal e a privatização dos presídios: “temos um bom exemplo do sistema penitenciário americano: fez o crime, vai pagar por aquilo independentemente da idade. Entrando em outro assunto, eu sou a favor da privatização dos presídios” (MAZZINI, 2014)<sup>23</sup>.

O pastor Everaldo obteve o apoio de setores evangélicos, entre eles o da CGADB – órgão que reúne diversos ministérios da Assembleia de Deus – durante boa parte da sua campanha. Chegou a pontuar 4% dos votos em pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, divulgada em 4 de julho de 2014, ficando tecnicamente empatado em terceiro lugar com o candidato

19 PSC SE MOBILIZA CONTRA DECRETO QUE MUDA REGIME DE GOVERNO BRASILEIRO. PSC, Brasília. Disponível em: <http://www.psc.org.br/comunicacao-psc/todas-as-noticias/3150-psc-se-mobiliza-contradecreto-que-muda-regime-de-governo-brasileiro> acessado em 30/11/2017

20 GOVERNO REVOGA PORTARIA QUE LEGALIZA O ABORTO NO PAÍS. PSC, Brasília disponível em: <http://www.psc.org.br/comunicacao-psc/todas-as-noticias/3148-a-vida-foi-salva-apos-aco-es-do-psc-governo-revoga-portalia-que-legaliza-o-aborot-no-pais> acessado em 30/11/2017

21 PSC ALERTA PARA A ALTA DA INFLAÇÃO. PSC, Brasília. Disponível em: <http://www.psc.org.br/comunicacao-psc/todas-as-noticias/3039-psc-alerta-para-a-alta-da-inflacao> acessado em 30/11/2017

22 LEITÃO, Matheus. Com críticas a Dilma, PSC lança pastor Everaldo a presidência. Folha de São Paulo, São Paulo, 4 abr, 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1437787-psc-lanca-pre-candidatura-de-pastor-everaldo-a-presidencia.shtml> acessado em 29/08/2018

23 MAZZINI, Leandro. Sou privatizante para tudo o que for possível, diz candidato do PSC. UOL, São Paulo, 12 mai, 2014. Disponível em <http://colunaesplanada.blogosfera.uol.com.br/2014/05/12/sou-privatizante-para-tudo-que-for-possivel-diz-pre-candidato-do-psc/> acessado em 29/08/2018

Eduardo Campos (PSB), que na mesma pesquisa pontuou 7% dos votos válidos<sup>24</sup>. Com a entrada de Marina Silva (PSB/REDE) na disputa, após a morte de Eduardo Campos (PSB), a CGADB acabou transferindo seu voto para a candidata da aliança PSB/REDE, que é filiada da própria Assembleia de Deus<sup>25</sup>. Além da Assembleia de Deus, outras diversas denominações evangélicas, como por exemplo a Igreja Fonte Vida, apoiaram a candidatura de Marina Silva<sup>26</sup>. Ao final da eleição de 2014, o candidato do PSC conseguiu 0,74% dos votos válidos.

### O PSC e a família Bolsonaro

Em março de 2016 o PSC recebeu a filiação do deputado federal Jair Bolsonaro, e seus filhos, o também deputado federal Eduardo Bolsonaro e o deputado estadual do Rio de Janeiro Flávio Bolsonaro. Jair Bolsonaro, desde sua entrada na política, era conhecido por sua postura radical no combate aos direitos humanos, aos direitos da população LGBTT, além de ser um defensor da tortura, do regime militar de 1964, e de dar declarações consideradas machistas, misóginas e homofóbicas constantemente. Seus filhos também seguem o mesmo perfil ideológico e padrão de atuação (ver MAITINO, M. E, 2017 ou PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2018).

A família Bolsonaro trouxe para o PSC o discurso militarista, contrário aos direitos humanos, que tem uma posição de afirmação ao período militar de 1964-1985, e que vê no endurecimento de penas e no aumento do encarceramento a solução para os problemas de

segurança pública nacionais. O PSC, por sua vez, deu a família Bolsonaro um caráter religioso. Tanto Jair Bolsonaro quanto seus filhos Eduardo e Flávio acabaram sendo batizados por pastores de denominações evangélicas. O Batismo de Jair Bolsonaro nas águas foi feito pelo ex-candidato a presidência pelo partido, pastor Everaldo, e veiculado a toda a imprensa, e pode ser visto como um símbolo da união das pautas morais e militaristas que foram assumidas pelo PSC.

Junto com o pastor e também deputado federal Marco Feliciano (PSC-SP), e com o já ex-candidato a presidência pastor Everaldo, Jair e Eduardo Bolsonaro viraram figuras públicas do partido. Os quatro – e no espaço da câmara dos deputados, os três primeiros – estiveram na linha de frente da veiculação do discurso e das pautas conservadoras, se colocando contra os grupos LGBTT, feministas, de direitos humanos, e demais movimentos sociais. Outro aspecto em comum assumido pelos mesmos e também pelos demais parlamentares e figuras dos partidos foi o antipetismo.

Nas eleições de 2016 o PSC ensaiou esse combo de pautas religiosas, conservadoras e militaristas em diversos municípios, sendo o mais notório deles o Rio de Janeiro, onde Flávio Bolsonaro concorreu ao cargo de prefeito, e seu irmão, Carlos Bolsonaro, a vereador. Com quase 3,5% dos votos válidos, Carlos Bolsonaro foi o vereador mais votado do município, enquanto Flávio Bolsonaro acabou a eleição em quarto colocado, com 14% dos votos válidos – uma votação expressiva para a magnitude do PSC e seu histórico no município.

24 A pesquisa Ibope divulgada no último dia 19 de junho mostra Pastor Everaldo com 3% das intenções de votos. Já a pesquisa do Instituto Sensus, publicada dia 14 de junho mostra o candidato com 2,3% das intenções. Segundo o instituto Vox Populi, em pesquisa divulgada em 11 de junho, Pastor Everaldo possui 2% dos índices. O melhor resultado do candidato do PSC foi na pesquisa do instituto Datafolha, publicada dia 6 de junho, em que aparece com 4% dos votos – tecnicamente empatado em terceiro lugar com o candidato Eduardo Campos (PSB), que possui 7% das intenções de voto. Ver: <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2014/06/1466084-intencao-de-voto-em-dilma-cai-mas-adversarios-nao-avancam.shtml>

25 ASSEMBLEIA DE DEUS TROCA PASTOR EVERALDO POR MARINA SILVA. O Dia, Rio de Janeiro, 14 set 2014. disponível em: <http://odia.ig.com.br/eleicoes2014/2014-09-14/assembleia-de-deus-troca-pastor-everaldo-por-marina-silva.html> acessado em 29/08/2018

26 CANDIDATURA DE MARINA SILVA DIVIDE APOIO EVANGÉLICO. Época Negócios, Rio de Janeiro, 25 ago. 2014, disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2014/08/candidatura-de-marina-silva-divide-apoio-evangelico.html> acessado em 29/08/2018

Apesar da aparente bem-sucedida aliança da família Bolsonaro com o PSC, já em dezembro de 2016, Jair Bolsonaro, em conflito com a direção partidária, entra com processo para se desligar desse partido. As razões seriam de que o PSC não apoiaria a sua candidatura para a presidência da república em 2018.

A família Bolsonaro migrou para o PSL e, por esse partido, Jair Bolsonaro foi eleito Presidente da República, em 2018. O PSC, acabou optando por ter a candidatura a vice-presidência da chapa do candidato Álvaro Dias (PODE), mas no segundo turno apoiou a candidatura Bolsonaro.

### **O PSC e o Impeachment**

Conforme mencionado, apesar de ter composto o governo petista até o ano de 2014, após esse período o partido encarnou um posicionamento fortemente anti-petista. Durante o impeachment, tal posição foi reafirmada e o PSC acabou votando unanimemente pelo afastamento da presidenta Dilma Rousseff (PT). Nos discursos no plenário na sessão da câmara que afastou Dilma, Jair Bolsonaro, ainda alinhado com o PSC, dedicou seu voto ao Coronel Brilhante Ustra, o torturador da ex-presidenta na época da ditadura militar brasileira.

### **Síntese da interpretação do PSC**

A análise até aqui realizada identificou que O PSC congrega uma parte importante da chamada bancada evangélica. Sua direção partidária é dividida entre quadros religiosos e estritamente políticos. Entre os parlamentares do partido, 9 dos 12 eleitos em 2014 pertencem à bancada evangélica. Desses 9 religiosos, também a denominação predominante é a Assembleia de Deus, com 6 deputados. Apesar do destaque da Igreja Assembleia de Deus, sustentamos que o PSC não pode ser visto como um partido umbilicalmente ligado a essa denominação, visto que congrega quadros religiosos de outros segmentos e que também não é o único partido que concentra os parlamentares dessa Igreja.

Segundo a interpretação aqui proposta, a

forma com que o PSC age no cenário político nacional indica que tal partido procura se consolidar e avançar perante as camadas conservadoras da população, defendendo pautas conservadoras tanto no plano religioso quanto no plano econômico e político. Para tal, recorre ao discurso do antipetismo, do liberalismo econômico radical e do conservadorismo moral, também fazendo uso da penetração dos seus quadros junto a população evangélica. Um problema passível de identificação nessa proposta é a possibilidade de desencontro entre esses tipos de conservadorismo em meio as suas bases. Os dados referentes à população evangélica do país mostram que tal segmento corresponde ao grupo religioso com maior proporção de setores de baixa renda. Tais setores compõem a base eleitoral do Lulismo (SINGER, 2012) e são os mais beneficiados das políticas sociais e das políticas de incentivo ao consumo e expansão de crédito. Dessa forma, ao fazer o discurso político anti-petista e o discurso econômico de Estado mínimo, o PSC pode contrariar suas bases ou coloca-las em uma situação de pressões cruzadas, conforme postulado por Lipset (1967, p. 214), em que um grupo social sofre pressões divergentes, uma que o inclina por um candidato ou partido, outra(s) que o inclina para um candidato ou partido distinto (LIPSET, 1967, p. 214). Outro problema que o partido enfrentou no período foi a briga de lideranças – em especial da direção do partido com a família Bolsonaro. Ao perder a família Bolsonaro de seus quadros, com a repercussão midiática que tinham e já em ascensão no cenário político nacional, o PSC perdeu a chance de alçar voos maiores.

### **O PRB: Omissão do religioso e pragmatismo ideológico como estratégias**

Como relatado anteriormente, o Partido Republicano Brasileiro (PRB) começa a ser organizado em 2003, tendo seu registro definitivo em 25 de agosto de 2005, com o nome de Partido Municipalista Renovador (PMR). Ele mudou de sigla e de nome oficialmente em março de 2006, passando a ter o nome atual. Entre seus primeiros

filiados ilustres, estava o então ex-presidente da república, José Alencar.

Como também observado anteriormente, o PRB não possui uma ligação visual imediata com setores religiosos. Seu nome, seu símbolo e muitos dos seus filiados não destacam uma representação religiosa, diferentemente do partido anteriormente observado, o PSC. Procuraremos argumentar, através do olhar atento sobre a sigla, que, no entanto, a despeito do que procura demonstrar, o partido possui um vínculo religioso que não pode ser desprezado.

Ao examinar a comissão executiva nacional do PRB podemos aferir que essa é composta por 8 quadros ligados a denominações religiosas e apenas 1 quadro independente. A informação pode ser conferida na tabela 7:

Tabela 7 – Composição Religiosa da Executiva Nacional no PRB

Cargo Executiva Nacional PRB	Nome	Relação Religiosa
Presidente (Licenciado)	Marcos Pereira	IURD
Presidente (interino)	Eduardo Lopes	IURD
2o Vice presidente	Roberto Wagner	IURD
Secretário Nacional	Evandro Garla	IURD
Tesoureiro Nacional	Mauro Silva	IURD
Presidente do Conselho Político	Vinicius Carvalho	IURD
Presidente do Conselho de Ética	Marcio Marinho	IURD
Presidente Conselho Fiscal	Augusto Pereira	IURD
Líder na câmara	Cleber Verde	-

Podemos também observar desses dados que esses quadros políticos são todos da mesma denominação – a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Quando olhamos para o que o partido chama de “líderes de movimentos nacionais”, e para os deputados da Frente Parlamentar Evangélica na legislação de 2015-2018<sup>27</sup> filiados ao partido, também observamos a prevalência quase total dos membros dessa denominação, como pode ser visto nas tabelas 8 e 9. Outro dado a ser destacado sobre a bancada

do PRB é que é nela que se concentram todos os deputados da IURD. O conjunto dessas informações nos mostra que o PRB pode ser caracterizado como um partido ligado à IURD no Congresso Brasileiro.

Tabela 8 – Composição Religiosa de Líderes de Movimentos Nacionais do PRB

Cargo	Nome	Denominação
Coordenador Nacional dos Movimentos Sociais e Setorias	Carlos Alberto Joaquim	-
Coordenadora Nacional do PRB Mulheres	Rosângela Gomes	IURD
Coordenador Nacional do PRB Igualdade Social	Eron Vasconcelos	IURD
Coordenador Nacional do PRB Juventude	Renato Junqueira	-
Coordenadora Nacional do PRB Idoso	Ricardo Quirino	IURD

Tabela 9 – Filiação Religiosa dos deputados da Frente Parlamentar Evangélica do PRB (2015)

Parlamentar	UF	Denominação
Alan Rick	PRB	Assembleia de Deus
André Abdon	PRB	Assembleia de Deus
Márcio Marinho	PRB	IURD
Tia Eron	PRB	IURD
Ronaldo Martins	PRB	IURD
Cleber Verde	PRB	Congregação Cristã
George Hilton	PRB	IURD
Roberto Sales	PRB	IURD
Rosângela Gomes	PRB	IURD
Jhonatan de Jesus	PRB	IURD
Carlos Gomes	PRB	IURD
Pastor Jony	PRB	IURD
Antônio Bulhões	PRB	IURD
Roberto Alves	PRB	IURD
Vinicius Carvalho	PRB	IURD

A despeito dos dados até aqui mencionados, declarações recentes de membros do PRB buscam desvincular o partido da Igreja Universal do Reino de Deus e até mesmo de um caráter religioso. Segundo entrevista dada à reportagem do jornal O Estado de São Paulo, Marcos Cintra – um dos quadros do partido que não é filiado à IURD – afirma:

Acho importante contribuir para tirar essa imagem

27 Como no caso do PSC, utilizamos somente os dados dos deputados da legislação 2015-2018 para análise. As informações sobre denominação religiosa dos eleitos em 2018 não se encontram disponíveis. Ainda assim, caso o perfil do partido tenha permanecido como descrito nesse artigo, podemos esperar que a grande maioria dos religiosos eleitos do PRB em 2018 sejam da IURD.

religiosa do partido. É algo que ele não deve ter, não pode ter. Um partido, para chegar a ser de porte médio ou grande, precisa ser laico, capaz de absorver todas as denominações e, ao mesmo tempo, não ser dominado por nenhuma (...) Eu acho que o desafio é desfazer essa imagem [religiosa]: mostrar que ele é laico e moderno.<sup>28</sup>

Tal afirmação é importante para entender os objetivos e intenções do partido: o PRB sinaliza que quer avançar sua influência política para além do universo “IURDiano” e, até mesmo, além do universo cristão-evangélico. Ao fazer esse movimento, o PRB ficaria menos dependente dos fiéis da Igreja Universal, que representam apenas uma fração do total de 23% de evangélicos existentes no país – que mesmo que votassem em conjunto nos candidatos da IURD, seriam insuficientes em eleições majoritárias. O risco, no entanto, seria perder o eleitorado anteriormente conquistado através da vinculação religiosa.

Mais do que uma afirmação retórica do dirigente do PRB, podemos observar esforços reais na tentativa da construção de uma imagem laica do partido. Além da ausência de ligação religiosa no nome e no símbolo partidário, há também a ausência de qualquer menção religiosa na apresentação do site, no estatuto e no programa partidário. Em todos esses veículos, o que é possível observar é a tentativa de construção de uma plataforma laica e secular, com termos e propostas que remetem ao universo econômico e político, e não ao religioso. Nesse sentido, a caracterização de seus parlamentares vai ainda mais longe: todos são apresentados em seus respectivos sites através

de seus títulos acadêmicos e das suas formações seculares, tendo sua filiação religiosa, bem como seus postos na carreira eclesiástica, omitidos<sup>29</sup>. De forma semelhante, no plano da atuação parlamentar, nenhum deputado ou senador se apresenta através do título de pastor, e nenhum deles se destaca nacionalmente por sua militância religiosa no congresso nacional.

Ainda assim, a despeito das declarações públicas e das ações na tentativa de construção de uma imagem laica e moderna, o PRB continua sendo controlado, presidido e dirigido por religiosos da IURD. Ao mesmo tempo, seus parlamentares continuam compondo a frente parlamentar evangélica e se articulando em conjunto à mesma. Na tentativa de ser seu oposto, o PRB se revê da forma como é: um partido ligado à uma instituição religiosa que pretende, através dele, aumentar seu poder e influência na sociedade.

### **A presença e discurso do PRB no Congresso e nas eleições**

O PRB, assim como o PSC, também possui uma trajetória ascendente na eleição de parlamentares. Em 2006, ano de sua primeira eleição, elege 01 (um) deputado federal e 03 (três) deputados estaduais, além do vice-presidente, José Alencar. Durante o segundo mandato do ex-presidente Lula, ocupa também seu primeiro ministério, com Mangabeira Unger na Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República – que depois passa a se chamar Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Durante o período

28 CHAPOLA, Ricardo. PRB procura se desvincular da Universal. O Estado de São Paulo, São Paulo, 13 jan. 2013. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,prb-procura-se-desvincular-da-universal-imp-,983648> acessado em 30/06/2014.

29 Por exemplo, Marcos Pereira, presidente do PRB e Bispo licenciado da IURD é apresentado como: “Especialista em Direito e Processo Penal pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, professor universitário de Direito, advogado no Brasil e em Portugal e membro fundador da CJLP – Comunidade de Juristas de Língua Portuguesa. Foi membro colaborador nas comissões de Direito à Adoção e Seleção e Inscrição da OAB/SP (Ordem dos Advogados do Brasil). Atualmente é membro efetivo e consultor da Comissão Especial de Gestão das Guardas e Defesas Cíveis, também da OAB/SP. É presidente nacional do PRB desde maio de 2011. Foi coordenador geral da campanha de Celso Russomanno a prefeito de São Paulo em 2012.” Disponível em <http://prb10sp.org.br/cargos/executivo/marcos-antonio-pereira/> acessado em 29/08/2018.

2006-2010, o partido apresentou um importante crescimento – só entre agosto e setembro de 2007, passou de 8.070 filiados para 121.026 filiados. Nesse mesmo ano, o PRB passa a contar com 40 prefeitos, 16 vice-prefeitos, 5 secretários municipais, 304 vereadores, 7 deputados estaduais, 4 deputados federais, 2 senadores, além de 1 ministro de Estado e do vice-presidente da República. Com as eleições municipais de 2008, o PRB alcança a marca de 54 prefeitos, 30 vice-prefeitos e 780 vereadores. Na eleição seguinte, de 2010, o partido consegue eleger 8 deputados federais. Já em 2014 esse número salta para 21 deputados. Em 2018 o PRB continuou crescendo, elegendo 30 deputados.

Diferentemente do PSC, o PRB não se destaca nacionalmente pela defesa pública de pautas religiosas. Não há nesse partido um correspondente ao que o pastor Marco Feliciano é para o PSC. No entanto, como mencionado anteriormente, apesar de não ter destaque privilegiado como defensor de causas religiosas, o PRB continua compondo e se articulando junto à bancada evangélica do congresso. É importante, a esse ponto, uma ponderação: A Igreja Universal, diferentemente de outras confissões evangélicas, não se posiciona contrária ao aborto, e chega até a defender a interrupção da gravidez como um método de planejamento familiar (Teixeira, 2013, p.53). Tal motivo pode ajudar a explicar o menor destaque da sigla em meio à frente parlamentar evangélica. Em 2018, o PRB tem aprovado pelo MEC a licença para abrir uma Universidade ligada ao partido, a qual terá um curso específico de Ciência Política. Não sabemos, entretanto, como vai ser o caráter e os ideias veiculados por essa instituição.

Outro ponto a ser destacado é que, ao contrário do PSC, o PRB não é marcado por um discurso de tipo ideológico, seja à direita ou à esquerda. Nesse sentido, nem é um partido que defende menor presença do Estado na economia, tampouco um partido ligado aos movimentos sociais. Tal característica, no entanto, lhe confere uma vantagem: o PRB pode tanto se aliar ao governo federal sob a liderança do PT – como faz desde sua fundação, compondo a base de apoio

ao lulismo – quanto votar pelo seu impeachment – como fez, em 2016, ao ver que o PT estava com baixos índices de popularidade. Sua posição ideológica dúbia também facilita que o PRB se alie aos governos estaduais de dos mais diversos partidos – como faz em São Paulo, apoiando o PSDB.

### **PRB: Da aliança com o Lulismo ao Impeachment**

Desde a sua fundação, ainda enquanto PMR, o PRB compôs os governos petistas. A aliança com o PT no plano federal trouxe a vantagem de sintonizar o partido com as características políticas de suas bases religiosas. Conforme mencionado, os evangélicos pentecostais, segundo dados do IBGE correspondem ao grupo religioso com maior proporção de setores de baixa renda, com 67% das pessoas recebendo até 1 salário mínimo de renda per capita familiar (ver VALLE, 2013, 2018). Conforme já apresentado, tais setores, segundo Singer, compõem a base eleitoral do Lulismo (SINGER, 2012). Dessa forma, ao contrário de outros grupos religiosos (ver VALLE, 2013), os eleitores evangélicos da IURD identificados ao PRB não se encontram em situações de “pressões cruzadas”, em que a influência da instituição religiosa vai no sentido contrário à influência da classe social (Barbosa, 2016). O PRB se manteve na base dos governos federais petistas até os últimos momentos, saindo do governo apenas em março de 2016, pouco antes do Impeachment, já em meio a grande crise do lulismo.

### **Considerações Finais**

Procurou-se neste artigo caracterizar os dois principais partidos religiosos do Brasil: o PSC e o PRB. Para tal, foi analisada tanto a composição religiosa destes partidos, quanto a imagem que procuram passar ao eleitorado e as estratégias políticas ligadas ao uso da religião para os mesmos.

A interpretação aqui proposta destacou o PSC como um partido com caráter religioso

fortemente marcado. Tal caráter é utilizado pelo partido no plano eleitoral e no plano da ação parlamentar de seus quadros. A sigla é composta por líderes religiosos de denominações diversas, com o predomínio da Assembleia de Deus entre essas. Ainda que esse predomínio tenha sido observado, dado a existência de outras denominações no seu interior, e dado ao fato da existência considerável de quadros políticos dessa denominação em outros partidos, consideramos que o PSC não pode ser descrito como o partido intrinsecamente ligado a essa denominação.

Argumentamos também que o PSC vem se destacando pelos seus posicionamentos conservadores. Esse conservadorismo não se dá somente no plano da moral e dos costumes - através da defesa da “família tradicional”, da resistência às políticas de direitos humanos e também a mudanças na legislação acerca do aborto. Se dá também no plano político e econômico, com a oposição recente à política de participação social e a defesa de menor presença do estado na economia, aliado a um ajuste fiscal. Argumentamos que tal plataforma indica que o partido possui a estratégia de dialogar com os setores mais conservadores da sociedade. Sua estratégia, dessa forma, é avançar fora do segmento evangélico através do discurso conservador presente em outros segmentos sociais. Isso explicaria também o rompimento do PSC com os governos do PT e sua posterior postura anti-petista.

Já com respeito ao PRB, a análise aqui realizada o caracterizou como um partido que não vincula publicamente uma imagem religiosa. Argumentamos que em nenhum documento ou plataforma pública esse partido usa de linguagem religiosa ou denomincional explícita. No entanto, a análise de sua composição interna mostra que os seus principais dirigentes são quadros religiosos ligados à Igreja Universal do Reino de Deus. Como quase a totalidade de seus líderes fazem parte dessa denominação, e como todos os parlamentares dessa Igreja se concentram somente nesse partido, argumentamos que se pode afirmar que o PRB estaria ligado fortemente a essa Instituição religiosa.

Interpretamos que a omissão do caráter religioso do PRB se daria pela tentativa desse partido de alcançar outros segmentos sociais fora do universo eleitoral evangélico. Diferentemente do PSC, que afirma a religiosidade e o conservadorismo para se destacar fora de suas bases sem correr o risco de perdê-las, a estratégia do PRB é inversa, negando seu caráter religioso. Também de forma oposta ao PSC, o PRB procura não se comprometer ideologicamente - seja se mostrando como um partido conservador ou de esquerda. Tal posicionamento permite que o partido componha e se beneficie de diferentes alianças políticas, podendo compor tanto o bloco Lulista quanto a sua oposição. Tais características fazem com que os dois partidos, mesmo sendo religiosos e preenchidos por políticos evangélicos, sejam também profundamente distintos entre si.

### Referências

- ALENCAR, G. F. *Assembleias de Deus: origem, implantação e militância (1911-1946)*. São Paulo: Arte Editorial, 2010.
- BARBOSA, Caio Marcondes Ribeiro. *A cruz e o lulismo: um estudo de caso na periferia de São Paulo com fiéis da Igreja Universal nas eleições de 2014*. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2016
- FRESTON, P. *Protestantes e Política no Brasil: Da Constituinte ao Impeachment*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1993.
- IBGE. Censo Demográfico 1982. IBGE, 1982.
- IBGE. Censo Demográfico 2010. IBGE, 2010.
- MAITINO, M. “Direita, sem vergonha”: conformações no campo da direita no Brasil a partir do discurso de Jair Bolsonaro. In: SIMPÓSIO DIREITAS BRASILEIRAS, 2017. São Paulo, 2017.

- MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- MARIANO, Ricardo; DANTAS, Toty Ypiranga de Souza; HOFF, Márcio. “Evangélicos sanguessugas, presidenciáveis e candidatos gaúchos: a disputa pelo voto dos grupos religiosos”. In: *Debates do NER* (UFRGS. Impresso), v. 7, p. 65-78, 2006.
- PIERUCCI, A. F. O. & MARIANO, R. “O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor”. In: *Novos Estudos Cebrap*, 34, p. 92-106, 1992.
- PIERUCCI, A. F. O. “Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte”. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, 11, p. 104-32, 1989.
- PIERUCCI, A. F. O.; PRANDI, J. R. “Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994”. In: *Opinião Pública*, 3 (1), p. 20-43, 1995.
- PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. M. “Da esperança ao ódio: a juventude periférica bolsonarista”. In: Esther Solano. (Org.). *O ódio como política*. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 53-63. 2018.
- PSC. Estatuto Partidário. Disponível em [http://www.psc.org.br/wp-content/uploads/2017/07/Estatuto\\_PSC.pdf](http://www.psc.org.br/wp-content/uploads/2017/07/Estatuto_PSC.pdf)
- SINGER, A. V. *Os Sentidos do Lulismo – Reforma gradual e pacto conservador*. Companhia das Letras: São Paulo, 2012.
- TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. *Da controvérsia às práticas: conjugalidade, corpo e prosperidade como razões pedagógicas na Igreja Universal*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2012.
- VALLE, Vinicius Saragiotto Magalhães. *Pentecostalismo e lulismo na periferia de São Paulo: Estudo de caso sobre uma Assembleia de Deus na eleição municipal de 2012*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2013.
- VALLE, Vinicius Saragiotto Magalhães. *Religião, lulismo e voto: A atuação política de uma Assembleia de Deus e seus fiéis em São Paulo – 2014-2016*. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2018.